

Psicologia como Ciência Moderna: vetos históricos e status atual

Gustavo Arja Castañon

Universidade Federal de Juiz de Fora – MG – Brasil

Resumo

A história da psicologia moderna tem sido a história de uma longa e persistente crise de cientificidade. Três grupos distintos de argumentos têm sido usados ao longo desta como obstáculos à possibilidade de constituição da psicologia como ciência. O primeiro grupo é composto pelos argumentos filosóficos contra a própria ciência moderna. Questionando a psicologia especificamente, temos outros dois grupos, o dos argumentos ontológicos e o dos metodológicos. Entre os ontológicos, temos os da natureza inquantificável do objeto da psicologia; da simultaneidade da condição de sujeito e objeto; da indivisibilidade do fenômeno psíquico; da inexistência de objeto próprio da psicologia; da alteração do ser humano pela interação; do significado como verdadeiro objeto psicológico; do livre-arbítrio e da necessidade de adoção de um método distinto do das ciências naturais. Entre os metodológicos, temos as alegações de impossibilidade de observação direta do objeto; da dificuldade metodológica de quantificação; das limitações éticas para a pesquisa e da enorme quantidade de variáveis envolvidas na explicação psicológica. Muitos destes problemas foram superados ao longo da história da disciplina, mas alguns deles ainda hoje esperam solução filosófica, o que faz da psicologia moderna um projeto de ciência inacabado.

Palavras-chave: Ciência moderna, Epistemologia, Epistemologia da psicologia, Psicologia moderna, Filosofia da psicologia.

Psychology as Modern Science: Historical vetoes and current status

Abstract

The history of modern psychology has been the history of a long and persistent scientificity crisis. Three different groups of arguments have been used along that history as obstacles to the possibility of the constitution of psychology as modern science. The first group is composed by the philosophical arguments against the modern science. Questioning the psychology specifically, we have other two groups, the ontological arguments and the methodological ones. In the ontological, we have the problems of the no quantitative nature of psychology object; simultaneity of subject and object condition; indivisibility of the psychic phenomenon; inexistence of proper object; alteration of the human being by interaction; meaning as true psychological object; free will and the need of adoption of a different method from the one of the natural science. In the methodological group of arguments, we have the allegations of the impossibility of direct observation; methodological difficulty of quantification; ethical limitations for the research and the enormous amount of variables involved in the psychological explanation. Many of these problems were overcome along this discipline history, but some of them are still waiting today for philosophical solution, what makes modern psychology an unfinished project of science.

Keywords: Modern science, Epistemology, Epistemology of psychology, Modern psychology, Philosophy of psychology.

Endereço para correspondência: Gustavo Arja Castañon. Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Departamento de Filosofia. Rua José Lourenço Kelmer, s/n. Campus Universitário, São Pedro, Juiz de Fora, MG, Brasil. CEP: 36036-330. E-mail: gustavocastanon@hotmail.com.

Apresentado na XXXVIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, como parte do simpósio “Crises na História da Psicologia”, com o título “Psicologia moderna e crise endêmica”.

Parcialmente derivado de tese de doutorado (Castañon, 2006), este estudo histórico-teórico apresenta um inventário sintético dos problemas filosóficos que, antes e durante o desenvolvimento da psicologia, colocaram-se como obstáculos à plena integração desta ao projeto da ciência moderna, fazendo de sua história a história de uma longa e persistente crise de cientificidade. A partir disso, oferece uma breve avaliação do estado atual de cada um destes obstáculos e desta crise endêmica como um todo.

Uma vez que a ciência moderna se apresenta como atividade que estabelece hipóteses sobre leis naturais através de experimentação e formalização (se possível matematização), e que estas hipóteses testadas também devem apresentar capacidade preditiva, sempre foi questionada interna e externamente a possibilidade de investigação científica da psique, consciência, ou de quaisquer das definições originais de objeto desta disciplina. Neste artigo, são apresentados os questionamentos que se colocaram historicamente contra a possibilidade de existência de uma psicologia científica divididos em três grandes grupos de problemas. O primeiro é o dos vetos à própria possibilidade da ciência como concebida pela modernidade. Há uma boa variedade destes tipos de argumentos, que não são o objeto direto deste artigo, pois atingem a ciência moderna como um todo. De qualquer forma, não parece produtivo avaliar se uma das atividades mais bem sucedidas da história da humanidade é possível.

Dedicarei-me aqui a avaliar o segundo grupo de problemas, o dos questionamentos ontológicos diretos à possibilidade de uma psicologia científica, que são os problemas da natureza inquantificável de seu objeto, da simultaneidade da condição de sujeito e objeto, da indivisibilidade do fenômeno psíquico, da inexistência de objeto próprio na disciplina, da alteração do ser humano pela interação, do significado como verdadeiro objeto psicológico, da relativa autonomia do ser humano em relação aos condicionantes ambientais e genéticos e o da necessidade de adoção de um método distinto do das ciências naturais.

Por fim, temos ainda um terceiro grupo de problemas a serem superados por um projeto de ciência consistente, os metodológicos, que serão expostos sumariamente. Estes incluem as

alegações de impossibilidade de observação direta do fenômeno psicológico, da dificuldade metodológica de sua quantificação, das limitações éticas para a pesquisa em psicologia e da enorme quantidade de variáveis envolvidas na explicação psicológica.

Como definir Ciência Moderna?

Para efeito dos objetivos propostos aqui, que não incluem uma apreciação da ciência moderna em si, será assumida como adequada a definição efetuada por Ernest Nagel em *The Structure of Science*, de 1961, onde a ciência é definida como uma atividade com seis características básicas: *forma sistêmica* da organização do conjunto de leis, *definição de métodos de investigação*, *redução* de fenômenos a um nível ontologicamente mais básico, *objetividade* (no sentido de ser controlável, reproduzível e intersubjetivamente observável), *claridade* das leis e teorias estabelecidas em linguagem formalmente impecável e semanticamente unívoca e, por fim, *incompletude e falibilidade* do conhecimento produzido. A forma de conhecimento que Nagel e a modernidade denominam *ciência* (não me refiro aqui às ciências formais, e sim às empíricas) é aquela que permite ao menos uma aproximação do conhecimento universalmente válido e empiricamente testável. Ciência é aquele modo de obtenção de conhecimento que aspira a formular, mediante linguagem rigorosa (e sempre que possível matemática), teorias gerais e leis universais que expliquem e prevejam, de forma cada vez mais acurada, ainda que probabilisticamente, fenômenos da realidade objetiva.

Aceitar que tal atividade é possível significa aceitar implicitamente uma série de crenças mais básicas, de pressupostos filosóficos, sem os quais tal tipo de atividade e tal tipo de produto (leis naturais explicativas, descritivas e preditivas) não seriam possíveis. Eles são no mínimo cinco. O primeiro é a crença de que o objeto de investigação e algumas de suas características existem independentemente da mente do observador, a isto se denominará *realismo ontológico*. O segundo é a crença na estabilidade, pelo menos em alguns de seus aspectos, do objeto que se estuda, a isto se denominará *princípio da regularidade do objeto*; o terceiro é a crença de que através do método adequado, podemos vir

a conhecer algo sobre o objeto, a isto se referirá como *otimismo epistemológico*; o quarto é a assunção das leis básicas da lógica clássica na formulação de argumentos válidos, os *pressupostos lógicos*, e, por último e não menos importante, a crença de que podemos representar adequada e estavelmente o mundo através da linguagem, a isto se denominará aqui, *representacionismo*.

Assim, a pergunta aqui é: se, diante de tal definição e de tais pressupostos, podemos conceber uma psicologia plenamente compatível com a ciência moderna. Ou seja, a psicologia é capaz de produzir leis como as definidas acima, e possui um objeto de investigação que se enquadra nestas crenças ontológicas? É claro que estas próprias crenças se encontram sobre permanente ataque na história da ciência, revezando-se como alvo prioritário da vez. Atualmente, o realismo ontológico está sob ataque do construtivismo radical (Glaserfeld, 1984) e do construtivismo social ontológico (Latour & Woolgar, 1986), o princípio da regularidade do objeto sob ataque dos intérpretes leigos da física quântica, e o representacionismo sob ataque cerrado há mais de 50 anos das teorias anti-representacionistas derivadas de setores da filosofia da linguagem (Wittgenstein, 1953/1975), do pragmatismo (Rorty, 1989) e do desconstrucionismo (Derrida, 1973). No entanto, seria sem propósito falar em crise de cientificidade na ciência moderna, principalmente diante do incrível sucesso pragmático deste empreendimento humano. É mais fácil falar em crise de legitimidade na própria filosofia da ciência, por parecer estar algumas vezes alienada em relação a este enorme sucesso e reputação. Já o caso da psicologia é diferente. Não encontramos um corpo de conhecimento unitário e um conjunto tão impressionante de sucessos pragmáticos como na física, química ou mesmo biologia. Não faltaram explicações sobre o porquê destas diferenças de resultados, e as principais vamos expor a partir de agora.

Os problemas ontológicos da psicologia

Os mais graves problemas a serem superados por qualquer programa de pesquisa que se proponha a levar à frente o projeto de constituição de uma psicologia como ciência moderna são os de natureza ontológica, ou seja, aqueles que dizem respeito à própria natureza

do objeto de estudo da disciplina. Boa parte das formulações destes problemas são derivadas, de uma forma ou de outra, daquelas realizadas por Immanuel Kant na *Crítica da Razão Pura* (1781/2001) ou no prefácio dos *Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* (1786/1989).

1) *Da natureza inquantificável do objeto da psicologia* – Um dos vetos kantianos diretos à psicologia se dirige à possibilidade de quantificação dos fenômenos psicológicos. A psicologia como ciência empírica, nem procederá *a priori*, nem poderia quantificar seus dados e empregar o cálculo matemático na descrição precisa da realidade e das leis que a regem. Esse veto seria definitivo: os fenômenos psíquicos produzem-se só no tempo, e não no espaço, portanto, não seriam passíveis de quantificação. Devemos distinguir este veto do problema metodológico representado pela *dificuldade de mensuração* de dados, que veremos adiante, ao qual no entanto está intimamente ligado. Diz Kant (1786/1989) sobre esta questão que “a matemática não é aplicável aos fenômenos do sentido interno e suas leis, pois teria que se levar em conta em tal caso unicamente a lei de continuidade no fluxo das mudanças em tal sentido interno” (p.32).

O behaviorismo foi o primeiro a oferecer uma solução consistente para este problema, tornando o comportamento, que se produzia no espaço, o objeto de estudo da psicologia. O problema com essa solução é tão conhecido como ela própria: este objeto, a despeito de ser a única fonte de dados objetivos de que dispomos, não é o objeto primário de interesse da maioria dos psicólogos. Já o cognitivismo ofereceu soluções para este problema que permitiram ao método científico a investigação de fenômenos plenamente psicológicos. A primeira, que muitas vezes não é explícita ou consciente na estratégia de investigação do campo, é a substituição da descrição matemática das leis na explicação psicológica pelas descrições meramente lógicas daquela. O problema do rigor descritivo científico é assim encarado com uma linguagem que é tão precisa quanto à matemática, porém não quantificada. Baars (1986) chama esta linguagem “matemática não-quantitativa”, que incluiria a lógica simbólica, a álgebra booleana, a topologia e a teoria da função recursiva. A simulação computadorizada mostrou-se nesta questão particularmente útil, pois forneceu uma linguagem adequada e suficientemente explícita

para a construção de modelos e hipóteses cognitivas precisas o suficiente para serem falsificáveis.

A segunda foi de natureza metodológica. Ao passar a utilizar dados cronométricos para testar hipóteses sobre processos cognitivos, o cognitivismo inverteu condição de fragilidade apontada por Kant com a singela constatação de que se funções cognitivas ocorrem no tempo, este tempo pode então ser mensurado através da duração da execução de tarefas.

2) *Da impossibilidade de o sujeito ser ao mesmo tempo objeto* – Este veto kantiano também é apresentado em suas bases nos paralogismos da *Crítica* (1781/2001), sendo dirigido diretamente contra a psicologia empírica no prefácio dos *Princípios* (1786/1989). Diz Kant (1989) que a observação interna “em si mesma altera e distorce o estado do objeto observado” (p.33), o que condena a psicologia a ser uma “descrição natural da alma”, mas nunca uma disciplina experimental. Esse veto foi retomado por Comte. O sujeito que pensa não pode ser ao mesmo tempo o objeto do experimento ou mesmo da mera observação que realiza, pois estaria consciente das condições experimentais e de controle, além de a observação interna interferir no resultado do andamento do próprio processo psíquico. Diz Comte (1973):

Porquanto todo estado de paixão muito pronunciado, a saber, precisamente aquele que será mais essencial examinar, necessariamente é incompatível com o estado de observação. No entanto, quanto a observar da mesma maneira os fenômenos intelectuais durante seu exercício, há uma impossibilidade manifesta. O indivíduo pensante não poderia dividir-se em dois, um raciocinando enquanto o outro o visse raciocinar. O órgão observado e o órgão observador sendo neste caso, idênticos, como poderia ter lugar a observação? (p.20).

Apesar de não necessariamente mais fortes, os desenvolvimentos positivistas dos argumentos kantianos (anteriores aos trabalhos de Fechner e Weber) contra a possibilidade de uma psicologia científica (ou positiva) foram os que mais pesaram historicamente contra as pretensões dessa disciplina. E Comte é o responsável direto pelo veto positivista à

psicologia como ciência, não relacionando a psicologia na sua classificação das ciências empíricas: à biologia segue-se imediatamente a sociologia. Segundo ele, todo ser ativo pode ser estudado estaticamente, em suas condições de possibilidade para a ação, dinamicamente, em ação. Na primeira forma, a estática, estudaríamos as condições orgânicas das quais dependem os fenômenos psíquicos: a fisiologia. Na segunda forma, a dinâmica, estudaríamos “a marcha efetiva do espírito humano em exercício” (Comte, 1973, p.19): para ele, a sociologia.

Penna (1991) acredita que o veto comtiano à psicologia é fruto de uma confusão, pois, na época de Comte, definida como ciência da alma, ela baseava-se no método da introspecção. Isso, de fato, era inadmissível para o positivismo. No entanto, o próprio Comte estaria persuadido que algo como uma “psicologia positiva” acabara de ser fundada em sua época, cujos métodos ele aprovava.

Como observa Japiassú (1975), a proscrição comtiana da introspecção é um dos legados positivistas ao behaviorismo que asseguram a cientificidade da psicologia assimilando o veto à introspecção. Todas as soluções a este problema são, de uma forma ou de outra, derivadas da solução behaviorista de tornar o comportamento objeto da disciplina. Ao fazê-lo, obviamente o behaviorismo coloca o objeto a ser investigado pela psicologia fora do sujeito que a investiga. O cognitivismo deve sua abordagem a este problema a um dos dissidentes do behaviorismo, Edward Tolman. Ao postular o conceito de *variável interveniente*, Tolman torna possível a inferência de processos cognitivos como funções que transformam a informação ambiental que entra no organismo na informação comportamental que sai dele. Outro fato digno de nota é a nova abordagem da introspecção no cognitivismo, onde perde a condição de teste de hipóteses e passa a ter função meramente descritiva e exploratória na forma de protocolos verbais.

3) *Da indivisibilidade do fenômeno psíquico* – Segundo Kant (1787/2001), este veto se refere à impossibilidade de proceder por análise e síntese na investigação do fenômeno psíquico, pois não se podem considerar os eventos psíquicos em separado, como elementos, uma vez que a vida psíquica na realidade forma uma totalidade cujas partes não podem ser separadas nem combinadas. Este

veto foi desenvolvido por vários filósofos, entre os quais se destacam Franz Brentano e Edmund Husserl, e ajudou a gerar a abordagem gestaltista.

Brentano (1838-1917) explora as conseqüências ontológicas deste veto de Kant. Rompendo com as tentativas de decomposição da vida mental em elementos básicos constituintes (feitas pelo estruturalismo e pela psicologia fisiológica), ele declara a unicidade como característica distintiva da vida mental, conferida pela consciência e advoga pela necessidade de uma psicologia voltada ao estudo do ato mental e intencionalidade da consciência. Husserl (1911/1952) defende que uma psicologia como ciência rigorosa só pode ser uma filosofia, especificamente, uma fenomenologia. A psicologia deveria ser uma ciência de essências dos atos mentais intencionais. A psicologia experimental é impossível para Husserl, pois não investiga a psique, constrói um objeto que nada tem a ver com a consciência e apresenta resultados que não dizem nada de importante para nossa vida.

Este obstáculo permanece não superado (Dreyfus, 1993) e, por seu caráter ontológico, não é passível de eliminação. Sua importância, no entanto, é superestimada por filósofos e psicólogos ligados à tradição fenomenológica. Na verdade, a artificialidade da análise dos fenômenos que se aplica à psicologia se aplica igualmente, em escala progressivamente menor, à biologia e à física. O organismo também deve ser visto como um todo holístico, indivisível, assim como o universo, e a consideração de problemas orgânicos e astrofísicos em partes, embora artificial, é condição de possibilidade de estudo dos fenômenos. A vida psicológica é unitária, mas podemos distinguir funções e representações que podem, com um grau de artificialidade que em maior ou menor medida é comum a todas as ciências, ser investigadas isoladamente. Se, de fato, o método científico não se aplica ao conteúdo intencional da consciência, no entanto se aplica a seu aspecto funcional. É isto o que a psicologia cognitiva faz, descreve aproximadamente as funções cognitivas, os processos de transformação da informação e os planos de ação. Tendo assumido a visão popperiana de conhecimento científico como conhecimento aproximativo, o cognitivismo abandona desde o início a ilusão de conhecimento absoluto, o que faz com que este veto se transforme em somente uma limitação.

4) *A psicologia não pode ter o mesmo método das ciências naturais* – Se o objeto da psicologia (a consciência) é de natureza diversa do objeto das ciências naturais (objetos físicos no espaço), então requer um método próprio de investigação. Esta é a tese de Husserl (1911/1952), que propõe a fenomenologia como método próprio de investigação psicológica. É também a tese de Dilthey (1924/1945), que propõe a classificação da psicologia como ciência do espírito e o método de sua investigação como interpretativo e compreensivo, e não explicativo.

Husserl (1936/2002) é claro quando afirma não negar alguma validade às conclusões da psicologia de sua época. O que ele negava era o alcance destas conclusões: para Husserl, a originalidade da consciência fica fora do alcance do método das ciências naturais justamente porque ela é *intencional*. A objetificação da consciência na verdade cria outro objeto, que nada tem a ver com a consciência real. A característica da intencionalidade distingue essencialmente a consciência dos fenômenos de ordem física. A consciência não existe a não ser como consciência de algo, e nunca como objeto; ela por natureza transcende a si própria envolvendo-se com o mundo. A atitude experimental define uma relação objetificante em relação ao psíquico. É preciso portanto, investigar o psíquico com outro método, próprio e originário.

Esta é a crítica central husserliana contra a psicologia positiva: sua conhecida denúncia da “insuportável confusão” que afeta as relações de método e de conteúdo entre as ciências da natureza e as ciências do espírito. Essa confusão não se dissipará, acredita, enquanto não houver a compreensão do absurdo da concepção dualista de mundo, segundo a qual natureza e espírito devem ser considerados como realidades homogêneas, mas edificadas uma sobre a outra de maneira causal. Para ele, ao contrário do psicologismo, só o espírito é autônomo e pode ser tratado nesta autonomia, e só nesta, em forma verdadeiramente racional. Ou seja, só pode haver uma ciência independente *do espírito*, pois a natureza tem só uma autonomia aparente, só aparentemente oferece um conhecimento objetivo de si: a verdadeira ciência da natureza é obra do espírito que a explora e, portanto, se fundamenta na ciência do espírito, e não o inverso. A conclusão de Husserl é que o erro

das ciências do espírito é o de lutarem contra as ciências da natureza por uma igualdade de direitos. Quando as primeiras reconhecem às últimas uma objetividade que se basta a si mesma, elas sucumbem ao objetivismo. Assim, perdem o domínio de sua genuína racionalidade e levam o homem à crise espiritual em que se encontra. As ciências do espírito já teriam um método próprio, que transcende a ingenuidade de um mundo objetivo e de uma razão ilusória e estéril, esse método seria o *método fenomenológico*.

Já para Dilthey, admitindo a possibilidade de fenômenos únicos, irrepetíveis no universo, e querendo, ao invés de descobrir as leis que os regem, compreendê-los em sua individualidade, nada podemos fazer com os instrumentos da ciência moderna. Uma coisa são as ocorrências de casos particulares de uma lei geral, da qual são expressão; outra são singularidades, casos únicos irrepetíveis e não submetidos a leis físicas. Esta distinção levou Dilthey a propor a divisão entre uma abordagem sistemática (explicativa) e uma abordagem compreensiva nas ciências humanas.

A pesquisa psicológica sistemática (ou *nomotética*, na distinção de Wilhelm Windelband) visa à obtenção de teorias e hipóteses de aplicação geral. Esta pretensão se sustenta na crença da regularidade do objeto, ou seja, de relações funcionais estáveis entre variáveis antecedentes e variáveis conseqüentes. Já a pesquisa compreensiva ou *idiográfica* parte da posição ontológica que assume a relativa autonomia do ser humano frente aos condicionamentos que lhe são impostos. Essa orientação de pesquisa pretende que o objetivo da investigação psicológica seja a compreensão do significado da experiência humana, e não a busca de teorias de aplicação generalizada. Em suma, a perspectiva nomotética busca *explicar* as causas do comportamento, enquanto a perspectiva idiográfica busca *compreender* os motivos de sua expressão. Dilthey (1924/1945) considera que é um erro fundamental adotar a abordagem explicativa primariamente (e que dirá exclusivamente) na psicologia, uma vez que as experiências vividas são dadas em sua unidade significativa. Assim, os métodos através dos quais estudamos a vida psicológica, a história e a sociedade devem ser diferentes daqueles que usamos para estudar a natureza.

Em suma, a polaridade existente entre as perspectivas explicativa e compreensiva se

caracteriza pela distinção de Dilthey entre ciências naturais e humanas, pela classificação de Windelband de ciências nomotéticas e idiográficas, no contraste entre causas e razões, entre causas eficientes e causas finais (teleológicas), entre comportamento e ação no sentido que tem essas palavras para o senso comum. É, como conclui Smith (1978), o contraste entre uma explicação causal, que tradicionalmente nasce de um ponto de vista exterior à pessoa que é o sujeito do comportamento, e a compreensão interpretativa, tradicionalmente oriunda de um ponto de vista interno à perspectiva da pessoa, plena de sentimentos, significados e valores.

O reconhecimento do caráter intencional e de “primeira-pessoa” (Searle, 1992) da consciência não impede que a psicologia cognitiva a investigue como fenômeno de “terceira-pessoa” que também é (para outrem), não diretamente, mas a partir de seus efeitos no comportamento e no processamento da informação. O método hipotético-dedutivo é aplicável a qualquer fenômeno que tenha efeitos sobre o mundo físico, inclusive os psicológicos. De fato, propor a renúncia ao método da ciência moderna na psicologia não soluciona o problema, simplesmente o abandona. Porque o problema se trata de como aplicar o método mais bem sucedido na história da humanidade em obter conhecimento sobre o mundo natural ao fenômeno psicológico, uma vez que seres humanos fazem parte do mundo natural.

Apesar disso, críticas como as de Husserl e Dilthey não têm solução definitiva dentro da ciência. Como também defende Searle (1992), a abordagem da consciência e do inconsciente como fenômenos de terceira-pessoa não esgota a dimensão psicológica, portanto, não podemos restringir seu estudo ao método científico. Julgo que o campo de aplicação da ciência moderna à psicologia é definido pelos fenômenos psíquicos que obedecem a padrões. Os fenômenos da criatividade, pró-atividade, sentido e significado (Fodor, 1991) são inabordáveis pelo método científico e portanto só se submetem a investigações de natureza filosófica.

5) *O objeto da psicologia deve ser o sentido da experiência consciente* – É a tese da psicologia humanista, que tem a especificidade de pretender continuar a utilizar o método experimental para a investigação desse novo objeto, em conjunto com outros, idiográficos.

Amatuzzi (1989) é um humanista que defende esta posição. Para ele, a leitura do ser humano em termos de causa e efeito, antecedente e conseqüente, parte e todo, é deturpada e incompleta, pois faltaria nela a questão do sentido que se precisa dar à própria vida. Sob o enfoque humanista, o ser humano aparece não como uma *resultante* de uma série de coisas, mas como, fundamentalmente, o *iniciante* de uma série de coisas. Assim, o verdadeiro objeto da psicologia, o ser humano, só surge quando consideramos a questão do sentido, não a questão da causa explicativa. O enfoque explicativo se refere ao ser humano como resultado, como passado. Não se refere ao ser humano presente, desafiado por questões de sentido.

Em vista de tudo isto, a psicologia humanista propõe que, em última análise, o *sentido da experiência humana* deva ser o verdadeiro objeto de estudo da psicologia. O objetivo final ideal da psicologia deveria ser uma completa descrição do que significa estar vivo como ser humano e da variedade de experiências que lhe são possíveis (De Carvalho, 1990). Ela exige que os temas de pesquisa da psicologia não sejam escolhidos por sua adequação ao método experimental, mas por sua relevância para o ser humano e o conhecimento psicológico. Não é demais lembrar que esta demanda leva ao problema do caráter meramente qualitativo deste tipo de objeto, e aumenta a dificuldade de mensuração dos dados característica da psicologia.

Este é sem dúvida um problema sem superação completa no estado atual da disciplina. Na verdade, é limitante afirmar que o objeto da psicologia deva ser o sentido da experiência, quando funções de processamento de informação são fenômenos plenamente psicológicos e fundamentais na vida psíquica. Também parece limitante simplesmente afirmar que questões de sentido e significado não devam ser estudadas pela psicologia. Mas é certo que eles não podem ser estudadas pela ciência, como postulou Fodor (1991) com seu princípio do solipsismo metodológico para as ciências cognitivas. Este último defende que a investigação científica se restringe às representações e suas funções de transformação, e que podemos prever o resultado comportamental de um *input* informacional sem recorrer ao significado da informação.

6) *O ser humano é dotado de autonomia* – Problema central da psicologia que coloca diretamente em cheque sua condição de ciência moderna. Para grande parte do pensamento ocidental e contemporâneo, o ser humano é dotado de algum nível de auto-determinação, seria fonte de atividade do universo e não um objeto meramente reagente deste. Este é, na verdade, um dos mais antigos e importantes problemas filosóficos. Uma de suas formulações mais influentes na história da psicologia moderna foi a controvérsia Locke-Leibniz. Após a publicação por Locke (1689/1978) dos *Ensaios sobre o entendimento humano*, Leibniz (1704/1974) escreve seus *Novos ensaios sobre o entendimento humano*, dando forma ao debate moderno sobre a origem do conhecimento e a liberdade humana. Para Locke e o empirismo, o ser humano é passivo, uma folha de papel em branco a ser escrita pela experiência, um receptáculo de impressões sensoriais que formarão seu intelecto e governarão suas ações. Já Leibniz qualifica o ser humano como influenciado por inúmeras causas eficientes através de seu corpo, mas livre, ativo e orientado propositivamente em função de causas finais. O ser humano seria um foco de *atividade* do universo, não um objeto passivo conduzido por forças físicas. Assim, temos dois modelos de ser humano opostos que geraram duas tradições na disciplina. Allport (1955/1975) descreveu este como um conflito entre as tradições lockeana e leibniziana da psicologia, Rychlak (1975) caracteriza estas tradições como lockeana e kantiana.

A psicologia humanista, assim como vários dos principais representantes do cognitivismo, cerra fileiras com a tradição kantiana e considera o ser humano como autoconsciente, auto-orientado e criativo, em suma, possuidor de autonomia. Na filosofia da mente contemporânea, apesar de minoritária, a defesa de um *gap* explicativo entre o conjunto de crenças e desejos e a decisão consciente é defendida por importantes filósofos como Searle (2001), que considera a liberdade de volição condição necessária da racionalidade. O problema é que se tal concepção da mente for verdadeira, agrava-se evidentemente o problema da cientificidade da psicologia. O princípio da regularidade do objeto está em jogo aqui: como um ser humano livre e criativo permitiria o estabelecimento de relações estáveis de causa e efeito sobre ele?

É fato que basta que tomemos como pressuposto um determinismo forte (Robinson, 1985), ou seja, a crença de que não há no comportamento humano nada além do que resultados de relações de causalidade eficiente de natureza física, para que este problema seja, em tese, dissolvido. É isso que faz o behaviorismo, o cognitivismo de matriz computacionalista e a psicologia biológica. O problema é que o senso comum e grande parte da comunidade psicológica não aceita tal pressuposto (como a psicologia fenomenológica, setores do cognitivismo, o construtivismo piagetiano e a psicologia humanista). O resultado é o que, em meu julgamento, consiste na maior causa da fragmentação das teorias psicológicas, problema que é o maior obstáculo para a unificação desta ciência e, até o momento, sem solução filosófica que ao menos permita, não sua solução, mas um compromisso metodológico mínimo.

7) *A psicologia não tem objeto próprio* – Alegação final da tradição fisicalista, que ainda encontramos atualmente no materialismo eliminativo (Churchland, 1991) e no construcionismo social (Gergen, 1973, 1994). Todo programa de pesquisa que se apresentar como candidato à psicologia moderna deve justificar a existência de um objeto exclusivo desta ciência, respondendo a um reducionismo ontológico que, em última análise, acaba com a psicologia.

A *redução ontológica* em psicologia pode ser definida como a tendência a reduzir todos os fenômenos psicológicos a um único princípio causal não-psicológico, que permaneceria inalterável no decorrer de todas as transformações que os fenômenos experimentam. A *redução* em ciência consiste em considerar que certas ordens de fenômenos estão sujeitas a leis mais bem estabelecidas e precisas de uma outra ordem de fenômenos ontologicamente mais fundamental, como por exemplo, que fenômenos orgânicos são totalmente deriváveis de leis físicas (o mecanicismo em biologia, que se opõe ao vitalismo). Hempel (1970) afirma que podemos dizer que uma disciplina científica é redutível à outra quando (a) se pode definir os conceitos da primeira com conceitos da segunda e (b) derivar as leis da primeira das leis da segunda. Assim, a psicologia seria redutível à biologia caso (a) todos os conceitos psicológicos fossem definíveis em termos

biológicos; e (b) todas as leis da psicologia fossem deriváveis das leis da biologia.

O argumento contra a possibilidade da psicologia moderna que examinamos aqui considera que seu destino é ser reduzida à outra ciência. O reducionismo em psicologia geralmente sustenta que todos os fenômenos psicológicos são fundamentalmente de natureza biológica. Assim, os termos e leis específicos da psicologia poderiam e deveriam ser reduzidos aos da biologia, os da biologia aos da química, e os da química aos da física. A redução ontológica assume na psicologia três formas básicas: a *behaviorista*, a *fisiológica* e a pós-moderna, que é o reducionismo *linguístico* ou *sociológico*.

O behaviorismo procura reduzir qualquer discurso sobre fenômenos psicológicos a um discurso sobre fenômenos de comportamento. Na medida em que estímulos e respostas podem ser descritos em termos físico-químicos, suas definições operacionais forneceriam especificações do significado das expressões psicológicas em termos biológicos, químicos e físicos. É natural que, por ser um tipo de reducionismo fisicalista, o behaviorismo esteja hoje perdendo espaço para o reducionismo fisiológico, que retomou apelo com os recentes progressos da neurociência. Evidentemente, se podemos reduzir a psicologia à descrição de comportamentos, o passo natural seguinte é reduzi-la ao comportamento cerebral. Este último passo tem hoje sua expressão filosófica típica no programa conhecido como *materialismo eliminativo*, proposto principalmente por Churchland (1991). Para Churchland (1991), nossas intenções, desejos, crenças e pensamentos (a *folk psychology*, o conjunto de conceitos adotados pela psicologia do senso comum) não são entidades ontologicamente reais, em cuja existência podemos acreditar, mas somente ilusões da linguagem que seriam progressivamente substituídas por conceitos fisiológicos estabelecidos pelo avanço da neurociências. A psicologia, como ciência, seria um estágio tão provisório quanto primitivo de abordar o problema humano, e os psicólogos devem se conformar com este estado provisório da disciplina e esperar pela substituição progressiva de todo vocabulário psicológico pela terminologia neurocientífica.

Por fim, temos o reducionismo sociológico ou linguístico, característico do construcionismo social e das abordagens pós-

modernas. Trata-se de um tipo estranho de reducionismo, que é uma espécie de *idealismo sem sujeito* e relativismo radical. Mais do que isso, trata-se de um reducionismo, se é que isso é possível, “para cima”, uma vez que o fenômeno sociológico é de uma ordem de complexidade superior ao fenômeno psicológico.

Esta posição surge quando se interpretam as reações individuais unicamente em função das interações entre estruturas culturais de grupos sociais. Dessa forma, reduzimos o processo psíquico às influências sócio-culturais. Quando se defende que os seres humanos, suas alegações de conhecimento e jogos de linguagem são fruto única e exclusivamente do ambiente sócio-cultural onde estão imersos, reduz-se o fenômeno psicológico a um fenômeno sociológico, que em última análise é, ele mesmo, nada mais que um fenômeno linguístico.

Assim, com os três tipos de reducionismo citados acima, temos o que seria o fim da psicologia como ciência da psique. No primeiro caso, substituída por uma ciência do comportamento. No segundo, pela fisiologia. No terceiro, pela sociologia.

O reducionismo fisicalista em psicologia tem sido severamente criticado desde Husserl (1901/1975), e suas limitações filosóficas são bem conhecidas (sobre as formas contemporâneas desta tese como o materialismo eliminativo, ver Araujo, 2003; sobre o construcionismo social, ver Castañon, 2004a, 2004b). Mas foi só com o advento da metáfora computacional (Neisser, 1967), originada das teses funcionalistas de Putnam (1961), que a psicologia ofereceu uma resposta a este problema que eliminou o fantasma da falta de objeto próprio que a ameaçava desde seu surgimento. Para o funcionalismo, o reducionismo é muitas vezes inaplicável a uma ciência porque seu objeto é fruto de propriedades emergentes de organizações complexas de elementos constituintes mais básicos. Assim, funções psicológicas são propriedades emergentes de um cérebro, assim como *softwares* são propriedades emergentes de organizações específicas de um *hardware*. O entendimento de um determinado padrão de processamento de informação não requer o entendimento da forma pela qual ele está sendo fisicamente processado. Dessa forma, ao menos no que diz respeito às funções cognitivas, a

psicologia teria um objeto irreduzível a objetos de outras disciplinas.

8) *Da alteração do objeto da psicologia pela interação e pelo conhecimento* – Questão levantada por fontes tão diferentes quanto Kant, o cognitivismo, o construcionismo social e a psicologia humanista. O ser humano seria passível de modificação estrutural quando em processo de interação social ou condições de pesquisa, o que poria em cheque o pressuposto da regularidade do objeto.

Gergen (1973), em artigo que marca o surgimento do construcionismo social, chama a atenção para o fato de que o conhecimento tem consequências sociais. Gergen aponta que a disseminação das teorias psicológicas modifica os padrões de comportamento sobre os quais as teorias foram construídas, por motivos os mais diversos. Um deles seria a elevada credibilidade que a ciência goza em nossa sociedade, fazendo muitas pessoas orientarem sua conduta de acordo com as teorias psicológicas das quais tomassem conhecimento. No sentido oposto, também algumas pessoas que vissem suas crenças e valores atacados por determinadas teorias, podem exercer a vontade de afirmar os valores humanos da liberdade e individualidade desafiando as predições da ciência. Por fim, a divulgação de teorias científicas modifica padrões de comportamento por promover a emancipação dos sujeitos de fatores que determinavam seu comportamento e lhes eram desconhecidos.

Outro que chama a atenção para as modificações que além da investigação o próprio conhecimento provoca no comportamento humano é o cognitivista Neisser (1975). Em *Cognition and Reality*, Neisser observa que, além de ser impossível hoje para a Psicologia apresentar uma explicação dedutivo-nomológica de qualquer comportamento particular, ainda temos que considerar o aparente paradoxo de que o aumento do conhecimento provoca o aumento da imprevisibilidade do comportamento humano: quanto mais soubermos sobre o ambiente e nossos processos cognitivos, menos nosso comportamento será previsível.

Não podemos prever o comportamento de uma pessoa em um ambiente natural, a menos que saibamos tanto sobre ele quanto ele próprio. Esta idéia de Neisser indica que um psicólogo não é a pessoa mais indicada para prever o comportamento de um mestre de

xadrez numa partida, pois ele não sabe tanto quanto o mestre sabe. Neste caso, outro mestre é mais indicado para realizar previsões acertadas. Isto porque, se o comportamento é uma função da informação presente no ambiente, quanto mais você entender seu ambiente, mais informações irá recolher dele, e portanto, mais difícil será prever seu comportamento. De forma geral, diz Neisser (1975), quanto mais a pessoa sabe, menos fica passível de controle: “*Truth does make us free*” (p.185).

Apesar de ser um grande complicador na já complexa empreitada científica psicológica, a interpretação de que este aspecto do objeto de estudo da psicologia é um impedimento de *caráter ontológico* à investigação científica é falsa, temos aqui somente um *complicador metodológico*. Se a alteração que acompanha o objeto de estudo durante a interação for também ela própria regida por um *padrão*, não temos uma evidência indeterminista, ao contrário, temos a evidência da atuação de alguma lei sobre a interação do objeto em questão com outros. Foi também a revolução cognitiva que legou à psicologia um modelo matemático para lidar com estes processos retroalimentativos, o modelo de *feedback*. Além disso, existem procedimentos metodológicos para dirimir este problema – que afeta igualmente a medicina – escondendo tanto de sujeitos quanto de parte dos pesquisadores informações sobre os grupos e as hipóteses em teste, como o procedimento duplo cego, o grupo placebo e ainda o engodo em pesquisa. Hoje, as alegações em torno deste suposto obstáculo foram em grande parte abandonadas.

Os problemas metodológicos da Psicologia Moderna

Por último, serão resumidos aqui os problemas estritamente metodológicos da psicologia, a maioria deles derivados de problemas ontológicos aventados acima. São eles:

9) *Das limitações éticas da pesquisa psicológica* – É bastante difícil superar as limitações impostas pelos imperativos éticos à utilização de seres humanos como objetos de pesquisa. Só através de formas de medição e controle adequadas é que podemos estar certos de que as relações que formulamos como existentes entre duas variáveis são válidas, portanto, a possibilidade de um controle

rigoroso dos experimentos, e os instrumentos para esse, são fundamentais para a atividade científica. Mas não se pode impor estes ao ser humano, muitas vezes. Nosso sistema de valores, evidentemente, limita muito a manipulação e o controle das variáveis que envolvem seu objeto. Assim, para estudar o efeito de certos eventos (de forma geral prejudiciais) sobre o ser humano, é preciso que os esperemos ocorrer ao acaso ou que reunamos evidências de casos isolados que nos ofereçam algo do que pretendemos estudar. Isto obviamente é um entrave muito forte ao avanço da psicologia (assim como da medicina).

Existe ainda uma outra dificuldade no controle do objeto da psicologia. Este é o fato de que os efeitos do experimentador sobre o objeto de seu experimento são muito grandes. O ser humano sabe quando está sendo submetido à pesquisa, e isso altera suas reações de forma dificilmente ponderável. Da mesma forma, essa influência pode ser fruto de uma tentativa consciente ou inconsciente do experimentador de levar o resultado do experimento em direção à confirmação de suas crenças ou teorias pessoais.

Por esses dois motivos, muitos psicólogos se voltaram para o estudo de animais, uma vez que há uma facilidade muito maior em sua manipulação para pesquisa, e uma influência muito menor da distorção que uma situação de pesquisa leva ao comportamento. No entanto, a validade das generalizações dessas pesquisas para o ser humano envolve a crença de que certos animais são separados evolutivamente do ser humano apenas quantitativamente, e não qualitativamente. É sabido que o humanismo rejeita esta tese, assim como o cognitivismo. Tal tipo de solução só encontra acolhida irrestrita no behaviorismo.

Apesar de limitar a velocidade do desenvolvimento da ciência psicológica, os cuidados éticos na pesquisa em psicologia com seres humanos não são mais nem menos limitantes que aqueles de que depende a pesquisa médica e farmacêutica. Obviamente, não temos aqui um possível impedimento à psicologia moderna, mas um obstáculo concreto à livre concepção de desenhos e situações experimentais que demanda mais criatividade e paciência a cientistas.

10) *O objeto da psicologia não é diretamente observável* – A mais evidente e explorada das limitações do objeto da psicologia em relação à ciência moderna é o

fato deste não ser observável através dos sentidos. Para o empirismo ingênuo que dominou grande parte da filosofia da ciência moderna, o objeto imprime, numa mente passiva, impressões sobre sua estrutura. Se então os sentidos são a fonte de todo conhecimento sobre o mundo, estamos diante da conclusão insofismável de que processos mentais não podem ser objetos de investigação científica nos moldes da ciência moderna. Mas, mesmo que não consideremos os sentidos como a fonte única do conhecimento, ainda resta seu papel como fonte das proposições observacionais que julgarão nossas hipóteses sobre o mundo empírico. Como julgar a validade destas hipóteses se não temos observações públicas de processos mentais?

Um segundo problema que seria ligado à questão da subjetividade é o da aparente maior dificuldade apontada por alguns psicólogos de se adotar atitudes científicas isentas de preconceitos em relação ao um objeto de estudo que, em última análise, somos nós mesmos. O objeto de estudo da psicologia estaria mais sujeito que o de outras ciências à projeção de nossas próprias idéias. Popper (1999) argumenta que esta é uma preocupação característica apenas da tradição empirista, já que os preconceitos são partes constituintes e indissociáveis da atividade científica. Além disso, o objeto das ciências naturais não seria mais privado de nossas projeções que o da psicologia. De qualquer forma, prevalece o fato de que, por estar tratando de nossa visão acerca de nós mesmos, ela tem se revelado a disciplina com reações mais extremadas e irracionais em relação a evidências experimentais, fonte farta de exemplos daquilo que Bachelard (1974) denominou “obstáculo epistemológico”.

O racionalismo crítico (Popper, 1934/1975b) foi o responsável pelo reconhecimento generalizado de que o método científico era hipotético-dedutivo e não indutivo, assim como pelo abandono do positivismo lógico. Esta abordagem da filosofia da ciência derrubou o mito filosófico da necessidade de observação direta do fenômeno objeto de investigação científica, assim como também os mitos da indução e da observação neutra. Hoje, é evidente para a comunidade científica que o que um físico faz de fato é criar uma teoria, deduzir uma consequência observável dela e realizar um experimento ou observação controlada para testar sua predição. Portanto, não há mais qualquer limitação desta

natureza pesando sob a psicologia. Seu objeto de estudo é tão inobservável quanto o da física quântica, e o que ela faz é hipotetizar processos e estruturas cognitivas, prever o comportamento que irá derivar deles dado algum input informacional, e testar sua predição através de experimentos controlados.

11) *Da dificuldade de mensuração dos dados na psicologia* – É preciso, para qualquer filosofia da psicologia, definir uma abordagem satisfatória para o problema da mensuração dos dados de pesquisas psicológicas. É sabido que a ciência depende em larga medida da quantificação dos fenômenos que estuda, e que o objeto da psicologia (o comportamento e principalmente os processos mentais humanos), é largamente refratário à quantificação. Para muitos, como para a psicologia humanista, a psicologia não tem sido bem sucedida em suas tentativas de aplicar um tratamento matemático à suas pesquisas e problemas, e seu objeto não seria passível de matematização. Para outros, nem existe problema a resolver, e há ainda aqueles que acreditam não ser possível responder a tal questão no estágio atual de nossa ciência.

A tradição humanista em psicologia questiona inclusive a conveniência da tentativa de quantificação na psicologia, por ela supostamente vir a restringir arbitrariamente e distorcer os verdadeiros eventos psicológicos, que têm sua compreensão possível somente através de seu *sentido*. Para a psicologia humanista, a quantificação do fenômeno psicológico só tem êxito quando um problema é tratado de tal forma limitada que já perdeu todo seu significado. Assim, conclui-se que a mensuração de dados só é possível a partir de comportamentos que são tão distantes do evento real e qualitativo que tornam esses dados irrelevantes psicologicamente.

Apesar de estes argumentos parecerem adequados em vista de algumas das abordagens de fenômenos psicológicos que conhecemos, temos ao menos que colocar em dúvida o radicalismo da posição que, ao dispensar a mensuração dos dados, parece esquecer que ela é a base da objetividade e da precisão do método que deu às outras ciências seu incrível progresso nos últimos dois séculos. A mensuração não é o objetivo do psicólogo experimental, ela é uma ferramenta de investigação da realidade, não um fim em si mesmo. Não há dúvida de que a mensuração de fenômenos psicológicos é mais artificial na

psicologia que em qualquer outra ciência biológica. Mas, ainda assim, ela é uma ferramenta indispensável à ciência moderna e tem sido desenvolvida de forma criativa e original por psicólogos desde o surgimento da disciplina.

De qualquer forma, desde que a desidentificação entre conhecimento e certeza e o método hipotético-dedutivo se generalizaram na atividade científica, este problema ficou atenuado. O fim do mito de que a observação mensurada direta do objeto de estudo é a origem das teorias científicas (Popper, 1975b), permitiu o entendimento de que sempre partimos de determinada teoria para observações, e assim psicólogos puderam passar a criar instrumentos de medidas para efeitos da cognição que suas teorias e hipóteses em teste julgassem válidos. Hoje, mede-se uma imensa variedade destes efeitos, alguns deles aparentemente bem diretamente ligados aos processos psicológicos que representam, como o tempo de duração de execução de tarefas, vários tipos de reações fisiológicas, o próprio comportamento cerebral através de seu fluxo sanguíneo além dos tradicionais dados de acuidade de resposta frutos de auto-relatos.

12) *Do número de variáveis envolvidas no fenômeno psicológico* – Como enfrentar o problema da complexidade do objeto da psicologia, da imensa quantidade de variáveis que interferem na determinação ou condicionamento do fenômeno psicológico? De qualquer ângulo que se encare, este objeto é o mais complexo da ciência. Mesmo que analisemos a questão de um ponto de vista materialista e reducionista, chegamos à conclusão de que é preciso saber muito de química para entender a ação dos neurotransmissores, cuja compreensão, por sua vez, é necessária para o entendimento do funcionamento neural, o que, por sua vez, é necessário para a explicação do altamente complexo funcionamento cerebral, que, por último, seria a causa do comportamento humano. Ainda, se consideramos o ser humano do ponto de vista de suas relações sociais, estamos diante um organismo que receberia a influência de inumeráveis variáveis culturais, cuja influência sobre sua “organização cerebral” seria altamente complexa.

Avaliamos a complexidade de uma ciência pelo número de variáveis intervenientes que atuam na determinação de alguma consequência sobre seu objeto de estudo. Se,

além da complexidade descrita acima, ainda adotamos uma abordagem cognitivista, onde entram em questão aspectos cognitivos da determinação do comportamento (as regras de processamento da informação), ou ainda humanista, para o qual o ser humano é livre e proativo, estamos diante de uma escala de complexidade possivelmente *imensurável e imprevisível*.

Isso me leva ao julgamento de que a pretensão da psicologia de apresentar explicações nomológico-dedutivas de fenômenos psicológicos é hoje, e talvez será sempre, nada mais do que uma quimera. Uma explicação dedutivo-nomológica tem um formato determinista forte (Robinson, 1985), determinando de maneira necessária e suficiente que, tendo em vista as leis A, B e C e os fatos *a*, *b* e *c*, a sentença *explanandum d* decorre dedutivamente dos enunciados explanatórios (*explanans*). Porém, a multiplicidade interrelacionada de níveis explicativos torna impossível, como mostrou Davidson (1980), haver leis psicológicas ou psicofísicas estritas, pois não haveria meios de precisar as condições para que uma proposição universal se cumpra sem exceções. Talvez o único meio de resolução deste sério obstáculo passe pela mudança de forma de explicação científica na psicologia (Castañon, 2008), mas tal solução não se encontra desenvolvida hoje na filosofia da psicologia.

O estado atual do problema da cientificidade da psicologia

Essas são, em suma, as principais questões ontológicas e metodológicas que se colocam como obstáculos ao pleno estabelecimento de uma psicologia científica nos moldes da ciência moderna. Estamos diante de um problema de grande complexidade, de fato, o mais complexo problema de epistemologia regional. Para estabelecermos solidamente os fundamentos da psicologia como ciência moderna, temos que encontrar soluções para as dificuldades ontológicas e metodológicas que seu objeto de estudo apresenta, ou ao menos, formas de contorná-las.

De forma geral, aqueles argumentos que se voltam contra a possibilidade da ciência moderna como um todo não parecem ter muita relevância filosófica e menos ainda prática. Em parte, isso se dá porque é insustentável logicamente criticar as possibilidades de um

método em obter conhecimento válido usando resultados obtidos por este mesmo método, como fazem os pós-modernos com seu uso inadequado dos resultados da física quântica (para análise dos equívocos pós-modernos remeto à obra *Imposturas Intelectuais*, de Sokal & Bricmont, 2001). Também é igualmente insustentável logicamente a tese anti-representacionista, que usa a linguagem para comunicar que a linguagem não pode comunicar conceitos de forma minimamente estável. Na prática, a ciência moderna parece não dar qualquer importância às alegações filosóficas de sua impossibilidade. De fato, em nenhum momento da história a ciência moderna conheceu maior ritmo de desenvolvimento, prestígio e aumento de poder sobre a natureza.

No entanto, na psicologia, o cenário é diferente. Temos que reconhecer que há motivos mais do que suficientes para considerarmos a possibilidade de existência de uma psicologia plenamente científica *sub judice*. Apesar disso, a maioria dos vetos e obstáculos que, ao longo de sua breve história, mergulharam esta disciplina num permanente estado de ciência revolucionária (Kuhn, 1991) foram sendo superados ao longo de seu desenvolvimento.

Entre aqueles problemas que foram resolvidos ou dissolvidos, encontra-se o “veto” kantiano da impossibilidade de quantificação de fenômenos psíquicos. Não podemos quantificar diretamente o objeto da psicologia, mas podemos quantificar alguns de seus efeitos, além de expressarmos as leis psicológicas em forma lógica e não matemática. Da mesma forma, o outro argumento kantiano de que o sujeito que investiga não pode ser ao mesmo tempo objeto encontra-se superado. Há muito já abandonamos a introspecção, voltando nossa fonte de coleta de dados para os comportamentos manifestos do organismo. O fenômeno psíquico é indivisível, mas qualquer fenômeno existente também é. Hoje sabemos que o universo deve ser considerado um todo indivisível, e que separação dos fenômenos é nada mais que um recurso metodológico, necessário para que possamos considerar fenômenos ilimitados com nossa razão limitada. Como não estamos mais atrás do conhecimento perfeito, mas sim aproximativo, as pequenas distorções decorrentes destas análises podem ser toleradas. A psicologia pode ter um objeto refratário à investigação do

método experimental, mas isso não parece motivo suficiente para abandonarmos aquele que tem sido o mais eficaz meio de obtenção de conhecimento sobre a natureza. Não podemos, é certo, investigar a psique como fenômeno de primeira pessoa, o que só uma abordagem fenomenológica poderia, mas podemos considerá-la como fenômeno de terceira pessoa (que também é) e tentar estudá-la através do método hipotético-dedutivo experimental.

Outros antigos argumentos filosóficos também não parecem mais influenciar os debates na disciplina. Por exemplo, parece equivocado afirmar que o objeto da psicologia científica deva ser o sentido da experiência consciente. Na verdade, a posição de Dilthey parece ser reflexo do equívoco básico das assim chamadas ciências humanas contemporâneas. O equívoco é que o domínio da ciência é o campo das *causas formais e eficientes*. O campo das *causas finais*, da teleologia, é domínio da filosofia. A distinção de Dilthey entre ciências naturais e humanas separa não o campo entre dois tipos de ciência, mas sim o campo onde a ciência pode atuar do campo que é *domínio exclusivo da filosofia*. Uma investigação idiográfica não se constitui num outro tipo de ciência, mas sim, num tipo de investigação filosófica. No entanto, parece que uma psicologia científica madura deveria ser plenamente consciente de seus limites de investigação, reconhecendo campos de problemas que seriam domínio de uma psicologia filosófica.

Já a tese de que a psicologia não tem objeto próprio é decididamente equivocada e obsoleta, uma vez que não compreende a ordem ontológica distinta entre o físico (o cérebro) e as funções que ele executa (os processos cognitivos). Tal confusão equivale a afirmar que não podemos estudar *softwares* sem estudar a estrutura do *hardware*, ou que não podemos entender o fluxo monetário (Neisser, 1967) se não soubermos que meios foram usados para a troca (notas, cheques, moedas, cartão de crédito, etc.). Ainda em outro nível, qualquer afirmação de que a psicologia não tem um domínio próprio de problemas esconde a crença na inexistência da consciência como domínio ontológico real, o que só é possível com a assunção de uma posição metafísica materialista radical (quer no fisiologismo, quer no sociologismo). Negar a ordem ontológica distinta da consciência em relação ao corpo é uma posição metafísica, no mínimo, altamente

problemática (ver Searle, 1992; Dreyfus, 1993; Nagel, 1980; Jackson, 1990).

O fato de o objeto da psicologia ser alterado pela interação constitui realmente um problema, porém, não um problema maior que o enfrentado atualmente pela física quântica ou mesmo pela biologia. O que importa aqui, portanto, é estabelecer se estas alterações também obedecem elas mesmas a padrões, o que traria a questão de volta para o campo da investigação científica. Já existe um modelo matemático para tratar de sistemas retroalimentativos (*feedback*), e podemos estabelecer em tese o resultado desta interação também de forma previsível, o que no entanto adiciona um nível a mais de complexidade ao já incrivelmente complexo problema do comportamento e processos cognitivos humanos.

Já os problemas metodológicos especiais da psicologia moderna são, na verdade, em sua maioria, menos graves, uma vez que, em última análise, não passam de questões operacionais que dificultam a execução de pesquisas ou a precisão de seus resultados. As limitações éticas da pesquisa psicológica são limitações auto-impostas por nós, não intrínsecas ao objeto. Elas limitam o tipo de experimentos que podemos conduzir, mas não totalmente. Podemos também driblar o problema das alterações que situações de pesquisa provocam no comportamento humano não permitindo que sujeitos experimentais saibam os verdadeiros objetivos da pesquisa ou mesmo que estão sendo investigados. Da mesma forma, desde a falência filosófica do positivismo lógico, não se defende a necessidade de que o objeto de investigação da ciência em questão seja diretamente observável, somente que ele tenha efeitos que sejam objetivamente mensuráveis. Na verdade, nem na física, astrofísica ou biologia temos hoje somente objetos de investigação diretamente observáveis (por exemplo leptons, buracos negros e DNA).

Mas, nem todos os problemas e argumentos que fizeram da história da psicologia a história de uma longa e complexa crise se encontram hoje superados ou com modelos de enfrentamento adequadamente desenvolvidos. Talvez a maior destas seja a questão do livre-arbítrio ou da autonomia, que levam a explicação psicológica a um nível de complexidade virtualmente infinito. Na verdade, é necessário assumir que, se o ser

humano tem um montante de autonomia, a explicação nomológica-dedutiva em psicologia (aquela que determina o conjunto exato de causas que levou um fenômeno a se manifestar daquela forma) é impossível. Poderíamos, no máximo, postular explicações condicionais (aquelas que somente determinam o conjunto de condições que permitem a ocorrência de determinado fenômeno).

Isso nos leva ao problema da quantidade de variáveis que estão supostamente envolvidas na determinação (ou somente condicionamento) do comportamento. Se podemos em tese considerar a possibilidade de obter uma explicação condicional preditiva cientificamente válida até para um ser humano dotado de relativa autonomia, na prática isto se torna muito difícil. Mais ainda defendendo-se o tipo de explicação psicológica que o positivismo lógico defendeu até aqui: a nomológico-dedutiva. Não podemos estabelecer, no mar de variáveis que interferem na suposta determinação do comportamento, quais o determinaram efetivamente e em que medida. Sem solução adequada a esta questão, a psicologia moderna continuará sendo considerada por muitos uma ficção probabilística, sem muito contato com explicações concretas no mundo real.

Já vimos que Davidson (1980) nega a possibilidade da existência de leis psicológicas ou psicofísicas estritas. Gadenne (2006) é outro filósofo da psicologia que recentemente voltou a negar a viabilidade de explicações psicológicas nomológico-dedutivas, propondo que leis psicológicas só são possíveis na forma *ceteris paribus*. Apesar disso, ele próprio reconhece que leis com este formato são infalsificáveis, o que, em minha avaliação, as exclui da ciência.

Esta é a magnitude dos desafios que se colocaram historicamente e ainda se colocam à possibilidade de constituição da psicologia como ciência moderna. Apesar de o behaviorismo ter apresentado as primeiras soluções para alguns destes problemas e de o cognitivismo ter superado a maioria deles completa ou parcialmente (Castañon, 2006), as questões de um possível nível de autonomia humana e da complexidade da explicação psicológica permanecem sem solução ou abordagem filosófica adequada, mantendo o projeto de fundamentação da psicologia moderna uma tarefa ainda insatisfatoriamente

realizada e nossa disciplina em permanente estado de fragmentação, questionamento ontológico e crise de cientificidade.

Referências

- Allport, G. (1975). *Desenvolvimento da Personalidade* (Simon, H., trad.). São Paulo: Editora Pedagógica Universitária. (Trabalho original publicado em 1955).
- Amatuzzi, M. M. (1989). O significado da Psicologia Humanista, posicionamentos filosóficos implícitos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 41(4), 88-95.
- Araujo, S. F. (2003). *Psicologia e Neurociência: Uma Avaliação da Perspectiva Materialista no Estudo dos Fenômenos Mentais*. Juiz de Fora: Editora UFJF.
- Baars, B. (1986). *The Cognitive Revolution in Psychology*. New York: Guilford.
- Bachelard, G. (1974). *O Novo Espírito Científico*. São Paulo: Abril Cultural.
- Castañon, G. (2004a). Construcionismo Social: Uma Crítica Epistemológica. *Temas em Psicologia*, 12(1), 68-82.
- Castañon, G. (2004b). Pós-modernismo e política científica na psicologia contemporânea: uma revisão crítica. *Temas em Psicologia*, 12(2), 155-167.
- Castañon, G. (2006). *O Cognitivismo e o Desafio da Psicologia Científica*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Castañon, G. (2008). Filosofia como fundamento e fronteira da psicologia. *Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas*, 30, 10-18.
- Churchland, P. (1991). Eliminative Materialism and the Propositional Attitudes. In Boyd, R., & Gasper, P. (Orgs.). *The Philosophy of Science* (p. 615-649). Cambridge: MIT Press.
- Comte, A. (1973). *Curso de Filosofia Positiva*. São Paulo: Abril Cultural.
- Davidson, D. (1980). Mental Events. In Block, N. (Ed.). *Readings in the Philosophy of Psychology, I*, 107-119. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- De Carvalho, R. (1990). A History of the Third Force in Psychology. In *Journal of Humanistic Psychology*, 30, 22-44.
- Derrida, J. (1973). *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva.
- Dilthey, W. (1945). *Psicologia y Teoria Del Conocimiento*. México: Fondo de Cultura Económica. (Trabalho original publicado em 1924).
- Dreyfus, D. (1993). *What Computers Still Can't Do: A Critique of Artificial Reason*. The MIT Press: Cambridge, Massachusetts.
- Fodor, J. (1991). Methodological solipsism considered as a research strategy in Cognitive Psychology. In Boyd, R., & Gasper, P. (Orgs.). *The Philosophy of Science* (p. 651-669). Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- Gadene, V. (2006). *Filosofía de la Psicología*. Barcelona: Herder Editorial.
- Gergen, K. (1973). Social Psychology as History. *Journal of Personality and Social Psychology*, 26(2), 309-320.
- Gergen, K. (1994). Exploring the Postmodern: Perils or Potentials?. *American Psychologist*, 49(5), 412-416.
- Glaserfeld, E. V. (1984). An Introduction to Radical Constructivism. In Watzlawick, P. (Ed.) *The Invented Reality*. p.17-40. New York: Norton & Company.
- Hempel, C. (1970). *Filosofia da Ciência Natural*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Husserl, E. (1952). *A Filosofia como Ciência de Rigor*. Coimbra: Coimbra. (Trabalho original publicado em 1911).
- Husserl, E. (1975). *Investigações Lógicas*. São Paulo: Abril Cultural. (Trabalho original publicado em 1901).
- Husserl, E. (2002). *A Crise da Humanidade Européia e a Filosofia*. Porto Alegre: Edipucrs. (Trabalho original publicado em 1936).
- Jackson, F. (1990). Epiphenomenal Qualia. In W. G. Lycan (ed.), *Mind and Cognition. A Reader*. Oxford: Blackwell. p. 469-477.
- Japiassú, H. (1975). *Introdução à Epistemologia da Psicologia*. Rio de Janeiro: Imago Editora.

- Kant, I. (1989). *Princípios Metafísicos de la Ciência de la Naturaleza*. Madrid: Alianza Editorial (Trabalho original publicado em 1786).
- Kant, I. (2001). *Crítica da razão pura*. Lisboa: Calouste Gulbenkian (Trabalho original publicado em 1781).
- Kuhn, T. (1991). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo, Ed. Perspectiva.
- Latour, B., & Woolgar, S. (1986). *Laboratory Life: The Social Construction of Scientific Facts*. Princeton: Princeton University Press.
- Leibniz, G. (1974). *Novos ensaios sobre o entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural. (Trabalho original publicado em 1704).
- Locke, J. (1978). Concerning human understanding. In *Britannica Great Books, Chicago: Encyclopedia Britannica*. (Trabalho original publicado em 1689).
- Nagel, E. (1961). *The Structure of Science*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Nagel, T. (1980). What is it Like to be a Bat? In Block (Org.), *Readings in the Philosophy of Psychology*, vol. 1. London: Routledge & Kegan Paul.
- Neisser, U. (1967). *Cognitive Psychology*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Neisser, U. (1975). *Cognition and Reality: principles and implications os cognitive psychology*. San Francisco: W. H. Freeman and Company.
- Penna, A. G. (1991) *História das Idéias Psicológicas*. Rio de Janeiro: Imago.
- Popper, K. (1975). *Conhecimento Objetivo*. São Paulo: EDUSP.
- Popper, K. (1975b). *A Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo: Edusp. (Trabalho original publicado em 1934).
- Popper, K. (1999). *Lógica das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Putnam, H. (1961). Minds and Machines. In S. Hook (Org.). *Dimensions of Mind* (p.221-231). New York: Collier.
- Robinson, D. (1985). *Philosophy of Psychology*. New York: Columbia University Press.
- Rorty, R. (1989). *Contingency, Irony and Solidarity*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- Rychlak, J. (1975). Psychological Science as a Humanist Views It. *Nebraska Symposium on Motivation*, 23, 205-279.
- Searle, J. (1992). *The Rediscovery of the Mind*. The MIT Press: Cambridge, Massachusetts.
- Searle, J. (2001). *Rationality in action*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Smith, M. B. (1978). Humanism and Behaviorism in Psychology: Theory and Practice. *Journal of Humanistic Psychology*, 18(4), p. 27-37.
- Sokal, A., & Bricmont, J. (2001). *Imposturas Intelectuais*. Rio de Janeiro: Ed. Record.
- Wittgenstein, L. (1975). *Investigações Filosóficas*. São Paulo: AbrilCultural. (Trabalho original publicado em 1953).

Enviado em Abril de 2009
 Aceite direto em Janeiro de 2010
 Publicado em Junho de 2010